

SUMÁRIO

<i>Nota à 3ª edição</i>	XVII
<i>Nota à 1ª edição</i>	XIX
I — INTRODUÇÃO	3
II — A CONSTITUIÇÃO	
1. A Constituição	7
2. Conceito de Constituição	10
3. Direito constitucional	13
4. Classificação das Constituições	16
4.1. Quanto à forma	16
4.2. Quanto ao modo de elaboração	17
4.3. Quanto à origem	18
4.4. Quanto à estabilidade ou mutabilidade	18
4.5. Quanto à extensão ou finalidade	20
4.6. Quanto ao conteúdo	21
4.7. Classificação da Constituição Federal de 1988	22
III — O PROCESSO	
1. O processo	25
2. Jurisdição	29
IV — A CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO	
1. A Constituição e o processo	35
2. Direito constitucional processual	41
3. O sistema processual brasileiro	43
3.1. O sistema processual inquisitivo	48
3.2. O sistema processual acusatório	53
3.3. O sistema processual misto	56
3.4. O sistema processual adotado pelo Brasil	57
4. A influência do direito constitucional no processo	61
5. Direito processual constitucional	62
V — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
1. Controle de constitucionalidade	73

2. Sistema jurídico	75
2.1. Classificação do sistema jurídico	78
3. Supremacia constitucional	83
4. Existência, vigência, validade e eficácia da norma jurídica ..	92
4.1. Existência	93
4.2. Vigência	94
4.3. Validade	101
4.4. Eficácia	106
5. Nulidades no direito público	112
6. Conceito de constitucionalidade	117
7. Conceito de controle de constitucionalidade	117
7.1. Requisitos do controle de constitucionalidade	118
7.2. Espécies de controle de constitucionalidade	121
7.3. Espécies de controle de constitucionalidade repressivo ..	122
8. Controle difuso	123
8.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no con- trole difuso	127
8.2. A inconstitucionalidade e o Senado Federal no con- trole difuso	130
8.3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	143
8.3.1. Procedimento	146
8.3.2. Natureza jurídica	149
8.3.3. Efeitos da decisão	150
8.4. Súmula vinculante	151
8.4.1. Conceito	151
8.4.2. Espécies	155
8.4.3. Objeto	159
8.4.4. Requisitos	159
8.4.5. Regulamentação	160
8.4.6. Competência	160
8.4.7. Legitimidade	160
8.4.8. Natureza	163
8.4.9. Procedimento	165
8.4.10. Efeitos	167
8.4.11. Súmula vinculante e reclamação constitucional	169
8.5. Repercussão geral	172
8.5.1. Conceito	174

8.5.2. Natureza e finalidade	175
8.5.3. Competência	175
8.5.4. Procedimento	176
9. Controle concentrado	178
10. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	184
10.1. Competência	186
10.2. Legitimidade	186
10.2.1. Chefe do Poder Executivo	189
10.2.2. Mesa das Casas Legislativas	191
10.2.3. Procurador-Geral da República e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ..	192
10.2.4. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	194
10.2.5. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional	198
10.2.6. Legitimidade universal e limitada	204
10.3. Prazo	206
10.4. Advogado-Geral da União e Procurador-Geral da República	207
10.5. Processo objetivo	208
10.6. Objeto da ação	211
10.6.1. Controle abstrato	211
10.6.2. Controle da inconstitucionalidade	215
10.6.3. Controle repressivo	218
10.6.4. Controle do direito pós-constitucional	226
10.6.5. Controle do direito infraconstitucional	227
10.7. Procedimento	231
10.7.1. Do pedido da medida cautelar	235
10.8. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	237
10.8.1. Efeitos e eficácia temporal da decisão	246
10.9. A participação do Senado Federal	249
10.10. Interpretação conforme a Constituição	250
10.10.1. Interpretação conforme a Constituição sem redução do texto	255
10.10.2. Interpretação conforme a Constituição com redução do texto	257

10.10.3. Limites da interpretação conforme a Constituição	258
10.10.4. Fundamento da interpretação conforme a Constituição	260
10.11. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto	261
11. Ação declaratória de constitucionalidade	264
11.1. Competência	266
11.2. Legitimidade	266
11.3. Procedimento	267
11.3.1. Do pedido da medida cautelar	268
11.4. Efeitos da decisão	269
12. Ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão	270
12.1. Competência	275
12.2. Legitimidade e procedimento	276
12.3. Efeitos da decisão	278
13. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	280
13.1. Competência	283
13.2. Legitimidade	283
13.3. Procedimento	283
13.4. Efeitos da decisão	283
14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	289
14.1. Arguição	290
14.2. Descumprimento	290
14.3. Preceito fundamental	291
14.4. Finalidade e objetivo	293
14.5. Competência	305
14.6. Legitimidade	305
14.7. Procedimento	306
14.7.1. Do pedido da medida liminar	308
14.8. Efeitos da decisão	309
15. Quadro comparativo dos instrumentos processuais de controle de constitucionalidade	310

VI — WRITS CONSTITUCIONAIS

1. Jurisdição constitucional das liberdades	313
---	-----

XII

2. <i>Habeas corpus</i>	314
2.1. Origem histórica	315
2.2. <i>Habeas corpus</i> no Brasil	318
2.3. Conceito e natureza jurídica	323
2.4. Finalidade e características	326
2.5. Tipos de <i>habeas corpus</i>	328
2.6. A ação de <i>habeas corpus</i>	329
2.6.1. Cabimento da ação de <i>habeas corpus</i>	330
2.6.2. Casos de não-cabimento do <i>habeas corpus</i>	333
2.7. O processo da ação de <i>habeas corpus</i>	334
2.7.1. Procedimento	334
2.7.2. Condições de ação	335
2.7.3. Início do procedimento	336
2.7.4. Indeferimento liminar da petição	337
2.7.5. Concessão liminar em <i>habeas corpus</i>	337
2.7.6. Informações da autoridade coatora	338
2.7.7. Apresentação do paciente	339
2.7.8. Prejudicialidade do pedido	339
2.7.9. Julgamento do <i>habeas corpus</i>	339
2.7.10. Extensão do <i>habeas corpus</i>	341
2.7.11. Recurso de ofício	342
2.7.12. Reiteração de <i>habeas corpus</i>	342
2.8. Legitimidade	342
2.8.1. Legitimidade ativa	342
2.8.2. Legitimidade passiva	345
2.9. Competência	347
2.9.1. Supremo Tribunal Federal	348
2.9.2. Senado Federal	348
2.9.3. Superior Tribunal de Justiça	349
2.9.4. Tribunais Regionais Federais	349
2.9.5. Tribunais de Justiça	350
2.9.6. Juiz de direito de primeira instância	350
2.9.7. Juizado Especial	351
3. <i>Habeas data</i>	352
3.1. Conceito	352
3.2. Legitimidade	358
3.3. Objeto da ação	360

3.4. Procedimento	363
3.5. Coisa julgada	366
4. Mandado de injunção	367
4.1. Conceito	367
4.2. Natureza jurídica	368
4.3. Objeto da ação	370
4.4. Objetivo da ação	372
4.5. Legitimidade	378
4.6. Procedimento	383
4.7. Diferenças entre mandado de injunção e ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão	385
4.8. Efeitos da decisão	386
5. Mandado de segurança	396
5.1. Conceito	396
5.2. Natureza jurídica	397
5.3. Objeto da ação	397
5.4. Legitimidade	398
5.5. Procedimento	400
5.6. Efeitos da decisão	401
5.7. Mandado de segurança coletivo	402

VII — DEFESA DA CIDADANIA

1. Defesa da cidadania.....	419
2. Ação civil pública.....	429
2.1. Conceito	429
2.2. Natureza jurídica.....	431
2.3. Competência.....	432
2.4. Legitimidade	435
2.5. Tutela.....	441
2.5.1. Meio ambiente.....	443
2.5.2. Consumidor.....	445
2.5.3. Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.....	446
2.5.3.1. Patrimônio público e social.....	447
2.5.4. Infração da ordem econômica e da economia popular e dos investidores de mercado mobiliário..	447

2.5.5. Ordem urbanística	448
2.5.6. Interesse difuso ou coletivo	449
2.5.6.1. Interesses de grupos de indivíduos.....	451
2.5.6.2. Interesses difusos	451
2.5.6.3. Interesses coletivos.....	452
2.5.6.4. Interesses individuais homogêneos	453
2.5.7. Proteção de interesses coletivos e difusos das pessoas portadoras de deficiência.....	457
2.5.8. Interesses difusos e coletivos da criança e do adolescente	457
2.6. Objeto da ação.....	459
2.6.1. Matéria tributária	459
2.6.2. Controle difuso de constitucionalidade	462
2.6.3. Políticas públicas.....	467
2.7. Procedimento	471
2.8. Termo de ajustamento de conduta.....	472
2.9. Inquérito civil	473
2.10. Coisa julgada	474
3. Ação popular	480
3.1. Conceito	480
3.2. Competência.....	484
3.3. Natureza jurídica	485
3.4. Legitimidade	486
3.5. Objeto da ação.....	490
3.6. Procedimento	492
3.7. Coisa julgada.....	494

VIII — BIBLIOGRAFIA

1. Livros.....	497
2. Artigos	524
3. Dissertações e teses	532